

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.325.325 - SP (2018/0161354-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : GERALDO JOAO MARIA KIEVITSBOSCH  
**ADVOGADO** : ADHEMAR MICHELIN FILHO E OUTRO(S) - SP194602  
**AGRAVADO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : ARNOR SERAFIM JUNIOR - SP079797  
THAIS LENTZ DA SILVA - SP257161  
ADRIANO MANZANO CANIETO - SP296643  
DANIELA MOREIRA E OUTRO(S) - SP250394  
ANA CAROLINA TAVARES TAPIA - SP363155

**DECISÃO**

Trata-se de agravo desafiando decisão que inadmitiu recurso especial, este interposto com base no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"Embargos à Execução Cédula de Crédito Bancário Cerceamento de defesa Não ocorrência Inépcia da execução Inexistência – Pretensão de quitação do débito por seguro penhor Ausência de prova de contratação do seguro Prorrogação de prazo para pagamento da dívida Renegociação que deve ser feita entre as partes Limitação da taxa de juros Inexistência Capitalização mensal Possibilidade Previsão legal e contratual Comissão de Permanência Admissibilidade, desde que não cumulada com outros encargos Utilização do “Fator Acumulado de Comissão de Permanência” (FACP) Impossibilidade de se inferir quais taxas o compõem Substituição pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central e de forma isolada Recurso parcialmente provido."* (fl. 309)

O agravante alega violação dos arts. 4º e 14, da Lei 4.829/65, 5º, do Decreto-lei 167/67, asseverando isto: (I) restou evidente que o Banco assumiu a condição de estipulante do seguro com procuração outorgada em cédula; (II) "(...) o excipiente tem o direito de ver sua dívida completamente recalculada. A corroborar tal entendimento pedimos vênia para trazer à colação o enunciado da Súmula 298 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça – STJ" (fl. 331); (III) os juros remuneratórios não podem exceder a 12% ao ano; (IV) "Merece, assim, completo repúdio a cobrança dos juros moratórios

*em patamares superiores a 1% (um por cento) ao ano e uma verdadeira ilegalidade no que tange a aplicação da taxa de mercado" (fl. 343).*

É o relatório. Decido.

No que se refere à alegada negativa de vigência à Súmula, registre-se, que, "a análise de ofensa à Súmula é inviável porque está à margem das hipóteses de cabimento do Recurso Especial, previstas no art. 105, III, da Constituição Federal" (AgRg no Ag 1.236.658/MG, Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 2/3/2010). Esta Corte, sobre o tema, editou recentemente a Súmula n. 518, que preleciona: "Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula."

Quanto ao tema da quitação do débito por seguro penhor, o v. acórdão estadual adotou o seguinte entendimento (fls. 311/313):

*Em relação à pretensão de quitação da dívida por meio do seguro penhor, vale transcrever a conclusão do d. Magistrado a quo:*

*Quanto à quitação da dívida do embargante junto ao banco, em decorrência da cédula de crédito bancária nº 40/038840-0, verifico que a alegada contratação de seguro pela embargante não se verificou.*

*A produção de gérbera do período agrícola de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, no valor de R\$ 371.000,00 ficou como garantia em penhor cedular (fl. 38).*

*Quanto ao seguro supostamente contratado, transcrevo o contido na cédula de crédito bancário, cujo documento foi assinado pelas partes envolvidas no presente feito (fl. 38):*

*"Autorizo(amos) o Banco do Brasil S.A. A realizar os seguros do(s) bem(s) descritos na pertinente Cédula, dentro da apólice do Seguro Automático de Penhor Rural que tem com Cia. De Seguros Aliança do Brasil, cujas condições são do meu(nosso) inteiro conhecimento. Poderá o Banco, na condição de estipulante do seguro, praticar todos os atos relacionados com a liquidação de sinistro, receber indenização e dar quitação, aplicando o produto na amortização ou solução integral da dívida, providenciar a quitação do prêmio e solicitar as alterações do contrato de seguro que se fizerem necessárias. Os prêmios correrão por minha(nossa) conta, podendo o Banco fornecer, à seguradora os laudos das avaliações e das vistorias realizadas bem como lançamentos contábeis em conta gráfica, tudo sem qualquer responsabilidade por eventuais prejuízos que decorrerem de omissão ou irregularidade na*

*cobertura dos riscos." Há também cláusula de seguro agrícola ou seguro agrícola faturamento (fl. 39) em que consta: "Caso venha(amos) a contratar o Seguro Agrícola ou o Seguro Agrícola Faturamento, que dependerá de minha(nossa) livre e espontânea iniciativa, mediante expressa manifestação de interesse junto ao Banco do Brasil S.A..." (grifos nossos) Feitas as transcrições, verifico que não houve a contratação de seguro que pudesse cobrir os prejuízos sofridos pelo embargante. Na primeira transcrição, o embargado figura na condição de estipulante, ou seja, em regra ele não tem responsabilidade pela cobertura securitária, pois atua apenas como interveniente, agilizando o procedimento de contratação do seguro, sendo que excepcionalmente deve responder de forma subsidiária nos casos em que seu comportamento cria nos segurados a legítima expectativa de ser a responsável pela indenização ou atua de forma a retardar o seu pagamento.*

*Já na segunda transcrição, caso tivesse sido feita a contratação de seguro agrícola ou seguro agrícola faturamento, isto dependeria de expressa autorização do embargante, o que não ocorreu.*

*Portanto, conclui-se que os embargantes não produziram provas no sentido de que o banco na condição de estipulante teria contratado o seguro. Também não comprovaram que pagaram prêmio de seguro, o qual era responsabilidade do embargante.*

*Assim dispõe o art. 757, caput, do Código Civil:*

*"Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados." Não há nos autos qualquer contrato de seguro envolvendo as partes ou a embargante e outra entidade legalmente autorizada a firmar contrato de seguro.*

*Também não existe nos autos qualquer tipo de apólice de seguro envolvendo plantio de gérberas, que poderia beneficiar o segurador por eventuais perdas. Reza o art. 758 do Código Civil: "O contrato de seguro prova-se com a exibição da apólice ou do bilhete do seguro, e, na falta deles, por documento comprobatório do pagamento do respectivo prêmio." Verifica-se que a embargante não trouxe qualquer comprovação de que estaria coberta por seguro em caso de eventual perda de safra. Desta feita não se incumbiu de seu ônus de comprovar o quanto alegado, de acordo com o que preceitua o art. 333, inciso I, do Código de Processo Civil.*

*Em consequência, não há que se falar em quitação do débito por cobertura de seguro penhor."*

Assim, tendo a Corte *a quo* afirmado a ausência de prova de contratação de seguro que pudesse cobrir os prejuízos sofridos pelo ora embargante, a alteração das premissas fáticas estabelecidas no v. acórdão recorrido, tal como propugnado, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 desta Corte.

Quanto aos juros remuneratórios, a jurisprudência da Segunda Seção desta Corte, na assentada do dia 22/10/2008, decidindo o recurso especial nº 1.061.530/RS com base no procedimento dos recursos repetitivos (CPC, art. 543-C, § 7º), consagrou as seguintes orientações: a) as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; b) a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) são inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d) é admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada – art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto (REsp 1.061.530/RS, Rel. Min. **NANCY ANDRIGHI**, 2ª Seção, DJe 10/3/2009).

A Eg. Segunda Seção desta Corte pacificou a orientação no sentido de que a comissão de permanência é admitida, no período de inadimplemento contratual, à taxa média do mercado apurada pelo Banco Central do Brasil e limitada à taxa do contrato, desde que não esteja cumulada com correção monetária (Súmula 30/STJ), com juros remuneratórios (Súmula 296/STJ), com juros moratórios nem com multa contratual. A propósito, confirmam-se:

**"DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RAZÕES DA APELAÇÃO. CONGRUÊNCIA COM A SENTENÇA TERMINATIVA. DECISÃO ULTRA PETITA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO DIRETO DO MÉRITO. CAUSA MADURA. POSSIBILIDADE. REVISÃO DE CONTRATOS FINDOS. VIABILIDADE. REVISÃO DE OFÍCIO. SÚMULA 381/STJ. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. COMISSÃO DE**

*PERMANÊNCIA. COBRANÇA. CARACTERIZAÇÃO DA MORA. NORMALIDADE CONTRATUAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO NA FORMA SIMPLES.*

*(...)*

*7. Consoante entendimento assente na 2ª Seção desta Corte Superior, admite-se a comissão de permanência durante o período de inadimplemento contratual, à taxa média dos juros de mercado, limitada ao percentual fixado no contrato (Súmula nº 294/STJ), desde que não cumulada com a correção monetária (Súmula nº 30/STJ), com os juros remuneratórios (Súmula nº 296/STJ) e moratórios, nem com a multa contratual. Nesse particular, com razão o recorrente.*

*8. Somente há de se falar em descaracterização da mora caso haja cobrança de encargos abusivos no período de normalidade contratual, circunstância não verificada na espécie.*

*9. A compensação de valores e a repetição de indébito são cabíveis sempre que verificado o pagamento indevido, em repúdio ao enriquecimento ilícito de quem o receber, independentemente da comprovação do erro.*

*10. Recurso especial parcialmente provido."*

*(REsp 615.012/RS, Rel. Min. LUÍS FELIPE SALOMÃO, DJe 08.06.2010)*

*"Processual civil. Agravo no recurso especial. Procuração. Desnecessidade de autenticação de cópias. Juros remuneratórios. Comissão de permanência.*

*(...)*

*- É admitida a incidência da comissão de permanência desde que não cumulada com juros remuneratórios, juros moratórios, correção monetária e/ou multa contratual. Precedentes.*

*Agravo não provido. "*

*(AgRg no REsp 1.069.614/MS, Rel. Min. Nancy Andrigh, DJe 23.02.2010)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 22 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator